

# Polícia e política: as marcas da história de São Paulo

Entrevista

Delegado Roberto Genofre, entrevistado por Ana Maura Tomesani e Juliana Vinuto.

## **Roberto Maurício Genofre**

*Roberto Maurício Genofre iniciou sua carreira como delegado de Polícia em 1959 e, dentro da corporação, foi corregedor geral da Polícia Civil, diretor da Academia de Polícia Civil e do Departamento de Planejamento da Polícia Civil e presidente da Academia de Letras dos Delegados de Polícia de São Paulo. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo e atualmente é secretário adjunto da Secretaria de Segurança Urbana de São Bernardo do Campo. Foi professor de Direito Processual Penal da PUC-SP e da Universidade Paulista – Unip e diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais de São Paulo.*

O delegado e associado do FBSP, Roberto Maurício Genofre, foi convidado para uma entrevista para a *Revista Brasileira de Segurança Pública* para abordar os critérios que nortearam a implementação das delegacias paulistanas. Como há poucos registros sobre o assunto, decidimos entrevistar um policial “das antigas”, que tivesse condições de indicar, por meio da sua vivência, as razões que resultaram na atual estrutura espacial das unidades na cidade de São Paulo. A entrevista vai bem além destes critérios e traz um rico panorama acerca da relação entre política e atuação policial entre os anos 1950 e os dias atuais, percorrendo todo o regime militar. Genofre, com seus 50 anos dedicados à atividade policial, mostra as tensões que estiveram latentes durante todo este período e as consequências de conflitos jamais deflagrados na atual configuração das polícias paulistas, bem como na relação entre elas.

**FBSP:** *Fale-nos um pouco sobre sua entrada para a carreira policial.*

**Roberto:** Ingressei na Polícia Civil como delegado de Polícia em 1959. Recém-saído da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), logo prestei o primeiro concurso para a carreira, juntamente com um grande número de colegas. Eu entrei na Universidade em 1954 e acredito que tenha sido o período em que ingressou a maior quantidade de ex-alunos daquela Universidade na Polícia Civil. É que no ano de nossa entrada na Faculdade de Direito, houve um problema técnico com o número de vagas. A USP oferecia 250 vagas para o curso de Direito, mas alguns alunos questionaram a nota de corte naquele ano, entraram com mandado de segurança e, para não ser injusta com os outros estudantes na mesma situação, a USP decidiu chamar mais 150 alunos que estavam na fila de espera, formando uma turma bastante numerosa para a época. E, no transcorrer do curso, passamos por vários períodos conturbados da nossa história, com uma forte participação estudantil, da UEE e da UNE, em face

da sequência de episódios marcantes, como o suicídio de Getúlio Vargas e sua sucessão, a eleição de Janio Quadros para governador de São Paulo, uma figura nova surgindo no cenário político nacional, a escolha do local para a nova capital brasileira e o início da construção de Brasília por Juscelino, sob forte pressão contrária, liderada por Carlos Lacerda; enfim um período de muita ebulição política e social. Ao término do curso, um colega da faculdade, que trabalhava no Gabinete do Secretário da Segurança, estimulava-nos ao ingresso na polícia, dizendo ser desejo do governador Carvalho Pinto uma melhora no nível dos Delegados de Polícia. Vários acederam ao convite e acredito que, naquele concurso, dos 200 recém-integrantes, pelo menos 50 de nós eram oriundos da USP e da PUC-SP.

**FBSP:** *Como foi o início da carreira em São Paulo?*

**Roberto:** Após a nomeação, fomos designados para delegacias de 5ª classe, existentes no interior do Estado, geralmente sediadas em pequenos municípios. Ninguém começava a carreira na capital. Nesta, só existiam 22 distritos e, na Grande São Paulo, apenas dez municípios tinham delegacia instalada. Plantão só havia nos cinco plantões denominados de Zona (Centro, Sul, Norte, Leste e Oeste). A política dominava o setor policial e o Estado de São Paulo estava dividido entre os partidários de Ademar de Barros e os de Janio Quadros. O primeiro tornou-se conhecido por nunca ter tido preocupação com o combate à corrupção no serviço público e não ligava para a repressão ao jogo e às casas de prostituição, enquanto o segundo usava como lema de campanha o uso da “vassoura”, prometendo varrer os corruptos da administração pública. A política no interior do Estado se polarizava entre os partidários de ambos e, nesse clima, era muito difícil exercer um trabalho isento e somente profissional. Esse foi o grande desafio para os novos delegados que se propunham a não se envolver nas disputas políticas. Me lembro que, no governo Ademar de Barros, houve uma perseguição a um delegado de Polícia muito rígido, severo, Renan Bastos, que prendia “bicheiros do jogo de bicho” e fechava “casas de prostituição” na capital, o que obrigou a administração a criar o distante 33º distrito, Vila Mangalot, na periferia de São Paulo, para designá-lo como titular daquela área territorial, afastando-o da então Delegacia de Jogos e Costumes.

“Ninguém começava a carreira na capital. Nesta, só existiam 22 distritos e, na Grande São Paulo, apenas dez municípios tinham delegacia instalada.”

Os subdelegados nomeados, sem nenhum tipo de remuneração, nem qualquer formação policial, eram auxiliares, pessoas do povo que funcionavam como uma espécie de informantes [...].

**FBSP:** *E havia também as subdelegacias, não?*

**Roberto:** As subdelegacias representavam uma parcela territorial das delegacias, mas não eram sediadas em prédios próprios. O atendimento à população daquela área era feito pela Delegacia à qual estava subordinada. Os subdelegados nomeados, sem nenhum tipo de remuneração, nem qualquer formação policial, eram auxiliares, pessoas do povo que funcionavam como uma espécie de informantes e, dependendo do bairro, tinham muito prestígio junto às comunidades, ostentando sempre a carteirinha com distintivo, que usavam na lapela, quando saíam em diligência junto com as autoridades policiais. As nomeações eram políticas e as indicações eram feitas pelos chefes políticos ao chefe de gabinete da Segurança Pública, ou por indicação do delegado titular dos distritos ou das delegacias. No interior do Estado, havia outra categoria de policial leigo, os suplentes de delegado. Em 1960, 1961 e 1962, nos meus períodos de férias, eu era substituído por eles. Em Americana, meu 1º suplente possuía uma farmácia; em Jales era um hoteleiro; em Riolândia um comerciante, dono de um armazém. Os suplentes, quando substituíam o delegado de polícia, faziam jus aos mesmos vencimentos e tinham o mesmo *status* funcional. O escrivão de polícia levava os documentos, papéis relativos aos inquéritos policiais e eles assinavam, em confiança. Tal situação era muito desconfortável e resolvemos, eu e outros colegas, falar com nossos superiores, os delegados regionais, que efetivamente em nossas férias era o escrivão que nos substituíam e que gostaríamos de ser substituídos pelos nossos colegas delegados, sem ônus para o Estado, em uma escala a ser elaborada. Ficamos sobrecarregados, mas foi melhor assim. Aos poucos foram desaparecendo essas “autoridades” leigas, até a sua formal extinção, anos depois.

**FBSP:** *Mas como era o trabalho da Polícia Civil neste período? Quais eram as atribuições?*

**Roberto:** Em 1960, a Polícia Civil tinha sua cúpula estruturada por departamentos denominados Divisões Policiais. A 1ª Divisão Policial compreendia a região da capital, abrangendo a Grande São Paulo. Atendia a população nos distritos policiais até as 20 horas e, após este horário, nos plantões das cinco Zonas – Centro (a famosa Central de Polícia, situada no Pátio do Colégio, no

Na verdade, o delegado controlava a vida de toda a comunidade. Representava uma forte intervenção estatal na comunidade, aliás, intervenção firmada historicamente desde o tempo do império.

coração de São Paulo, que atendia, sozinha, toda a população, até 1956), Sul, Norte, Leste e Oeste –, que ficavam responsáveis por todas as autuações em flagrante e atendimentos de emergência, até as 8 horas. A 3ª Divisão Policial abrangia o interior do Estado, com suas delegacias regionais. A 4ª Divisão Policial compreendia o Departamento de Investigações, que concentrava as delegacias especializadas e um plantão único para atender homicídios e outros casos de maior gravidade, desde que de autoria desconhecida. A 5ª Divisão Policial era o temido Departamento de Ordem Política e Social, criado em 1924 e extinto em 1982. A 6ª Divisão Policial era constituída pela Superintendência da Radio Patrulha, dirigida por delegado de polícia, e acionava as viaturas tanto da Guarda Civil como da Força Pública. No interior, a polícia tinha organização diferente, dividida em regiões, e, dependendo do porte da cidade, possuía um maior ou menor efetivo policial. Em vez dos plantões, havia geralmente uma escala de “sobrevisto” e, quando ocorria algo grave, os delegados eram acionados em suas residências. O delegado de polícia, naquela época, além das atividades de polícia judiciária, executava diversas outras. Ele era o responsável pelas diversões públicas, que não podiam ser realizadas sem o devido alvará expedido pela delegacia local e pela prefeitura. Eram, também, fiscalizadas outras atividades, como os cinemas, teatros, circos, alto falantes, parques de diversões, quermesses, realização de bailes e festas juninas. Os hotéis e pensões eram registrados nas delegacias e havia o controle das fichas dos seus hóspedes. Até os moradores de apartamentos deveriam preencher fichas de residência. Os clubes que mantinham jogos de carteados e outros tipos de jogos permitidos necessitavam de autorização policial. Os espetáculos teatrais tinham que ter o “visto” da censura. Até a circulação dos veículos, o sistema viário em geral era de responsabilidade policial.

Na verdade, o delegado controlava a vida de toda a comunidade. Representava uma forte intervenção estatal na comunidade, aliás, intervenção firmada historicamente desde o tempo do império.

O argumento do Estado, na elaboração da legislação autorizadora, era no sentido de ser mais fácil o aproveitamento do exercício do “poder de polícia”, já nas mãos dos delegados de polícia, para implantar a regulamentação e o controle da sociedade.

**FBSP:** *E qual era a relação dos delegados com a Força Pública? Esta era subordinada ao delegado?*

**Roberto:** Não exatamente. Administrativamente, a Força Pública estava subordinada ao seu sistema hierárquico, ao seu comandante geral, mas, no interior, onde iniciei minha carreira num dos pequenos municípios, distante mais de 400 quilômetros da capital, existia junto às delegacias a figura do comandante de destacamento, geralmente um sargento ou cabo, que chefiava uma pequena tropa, pois apenas nas grandes cidades havia lotação de oficiais. O destacamento estava à disposição do delegado 24 horas por dia. Como dificilmente existiam investigadores nesses municípios, a não ser escrivães de polícia ou carcereiros, os soldados exerciam essas funções. Apesar de pouca escolaridade, desempenhavam bem o papel na investigação, porque conheciam de perto a população local. Os oficiais ficavam sediados nos grandes municípios do Estado e tinham comunicação difícil com os destacamentos, realizada por precárias ligações telefônicas. Uma ligação interurbana para São Paulo demorava, mais ou menos, de oito a dez horas. Pedia-se a ligação logo pela manhã, para conseguir falar no final da tarde.

O comandante do destacamento, logo pela manhã, se apresentava para dar as novidades ocorridas no período noturno. Havia também um “ordenança”, um soldado que era meu “braço direito”, uma espécie de secretário, que dirigia o único “jeep” policial, atendia a autoridade e as ocorrências e acompanhava o delegado em todas as suas diligências. Formava-se, assim, um vínculo funcional, e até hierárquico, entre os integrantes dos destacamentos e o delegado, situação que, acredito, desagradava os oficiais que, apesar de distantes, acompanhavam esse relacionamento com certa preocupação no tocante à hierarquização de fato existente. Além da eficiência, eles eram muito disciplinados, criando laços de amizade; fui até convidado para padrinho de casamento de alguns deles.

**FBSP:** *Mas a Polícia Civil realizava policiamento ostensivo?*

**Roberto:** Sim. A Polícia Civil sempre realizou e até hoje realiza policiamento ostensivo, principalmente as chamadas “rondas”, que eram saídas com viaturas para fins de policiamento, nas quais os policiais realizavam buscas pessoais denominadas “portes de arma”, para verificar se as pessoas estavam armadas.

“  
O destacamento  
estava à disposição  
do delegado 24  
horas por dia.  
Como dificilmente  
existiam  
investigadores  
nesses municípios,  
a não ser escrivães  
de polícia ou  
carcereiros, os  
soldados exerciam  
essas funções.”

“  
Nessa época, antecedendo os tristes episódios da criação dos “esquadrões da morte”, no tocante às rondas, a polícia civil era muito respeitada pelos criminosos.

Em São Paulo, o serviço de Rádio Patrulha foi criado em 1935, dirigido por um delegado de Polícia do último grau da carreira, com supervisão sobre as viaturas da Guarda Civil estadual e da Força Pública, permanecendo essa situação até a edição do Decreto-Lei federal 667, em 1969, que deu exclusividade do policiamento ostensivo à recém-criada Polícia Militar. Assim, remanesceram para a Polícia Civil as denominadas “rondas especializadas”, criadas em 1969, como a Rudi (Rondas Unificadas do Departamento de Investigações), que se transformou em Garra (Grupo Armado de Repressão a Roubo e Assalto), em 1976, atuando até hoje, e a Rone (Ronda Especial do Degran “Capital), que se transformou em GOE (Grupo de Operações Especiais), em 1991, ambas responsáveis pelo policiamento denominado especializado, por apoiar as atividades de polícia judiciária.

Nessa época, antecedendo os tristes episódios da criação dos “esquadrões da morte”, no tocante às rondas, a polícia civil era muito respeitada pelos criminosos. O delegado, chamado de “majura” (“maior”, “chefão”), ia no banco da frente da perua e, muitas das vezes, sem descer do carro, determinava ao suspeito que entrasse na viatura para “conversar” com ele na delegacia. Resmungando e reclamando que “era inocente”, subia na viatura, cuja porta lhe era aberta pelo investigador. Tempos diferentes aos de hoje, em que os autores de crime enfrentam os policiais em confrontos, nos quais o evento morte nunca está descartado...

**FBSP:** *Mas qual era então a relação da Força Pública com as Forças Armadas?*

**Roberto:** No período que antecedeu a Revolução de 1964, os integrantes da Força Pública alegavam pertencer a uma força considerada auxiliar, reserva do Exército, apesar de não existir preceito constitucional que a tratasse desta forma, porém, o Decreto-Lei federal 667/69, fundamentado no AI-5, assinado pelo presidente Costa e Silva, outorgou-lhes esta categoria e também a exclusividade para exercer o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes. Um dos artigos desse Decreto-Lei criava também a Inspeção Geral das Polícias Militares, tendo por atribuição o controle e a coordenação das polícias militares e a previsão de designação de um general de brigada, da

ativa, para exercer o cargo. Daí a justificativa, o motivo pela qual a Rádio Patrulha, que era o Departamento de Comunicações da Polícia Civil, passou para a Polícia Militar, causando muita estranheza em toda classe, pois, naquela época, era tranquilo o entendimento de que o divisor de águas, sobre o trabalho da Polícia Civil e da Militar, era a ocorrência do crime; antes dele, o trabalho preventivo e ostensivo da Polícia Militar, depois dele, o trabalho de investigação e apuração da Polícia Judiciária. E a Rádio Patrulha era o atendimento, nos locais onde acontecera, de um fato criminoso já ocorrido.

**FBSP:** *E o que mudou exatamente depois de 1964?*

**Roberto:** Vitoriosa a Revolução, as Forças Armadas ficaram com a responsabilidade de implantar e sedimentar o novo governo, até por ser sua fiadora e seu sustentáculo. Somente com o emprego da força, seria difícil a manutenção do *status quo* vigente, ainda mais que, em face das características da caserna, os militares sempre estiveram ilhados do convívio social, aquartelados e sem participação permanente no dia-a-dia da comunidade, até pela rotina castrense. Daí, a solução era o aproveitamento da polícia – hierarquizada e acostumada ao cumprimento das ordens emanadas pelo sistema de poder –, para ser os olhos da Revolução, pela sua integração na vida das comunidades, acautelando-se, assim, para não serem surpreendidos por uma contrarrevolução. Montou-se uma integração polícia/Forças Armadas, além da busca da participação da própria sociedade, nos seus diversos segmentos, inclusive para o conhecimento, pelos serviços de inteligência, de todos os movimentos e atividades nas áreas social, política, administrativa, etc. ligados a uma eventual contestação ao novo governo. Mas, segundo se dizia na época, alguns problemas de enquadramento hierárquico ocorriam na Polícia Civil, pela falta de uma hierarquia mais forte nos diversos escalões e também porque a direção da Polícia Civil pertencia aos delegados de polícia, oriundos das poucas universidades então existentes, que, até há pouco tempo, eram focos de resistência. Os delegados, pessoas não acostumadas ao cumprimento de ordens sem explicações mais minuciosas, resistiam, de maneira discreta, às determinações vindas dos comandos e dos escalões superiores, alegando problemas jurídicos e, ainda, porque havia uma ascendência dos delegados sobre os soldados e praças de pré, pelo número insu-

Os delegados, pessoas não acostumadas ao cumprimento de ordens sem explicações mais minuciosas, resistiam, de maneira discreta, às determinações vindas dos comandos e dos escalões superiores [...].

Entrevista

**Polícia e política: as marcas da história de São Paulo**  
*Delegado Roberto Genofre, entrevistado por Ana Maura Tomesani e Juliana Vinuto.*

ficiente de oficiais lotados na Força Pública. Na ocasião, ouvi de um integrante da revolução a frase; “Os doutores não têm condições de segurar a Revolução porque, oriundos das universidades, têm ainda uma cultura muito forte de legalidade”. Verdadeiramente, ao lembrar a frase, recordei das aulas do Prof. Gofredo da Silva Telles Junior, meu professor no Largo de São Francisco.

Em face de todos esses fatos, a estratégia adotada consistiu no aumento do efetivo da tropa militar estadual, principalmente do número de oficiais, além de um aperfeiçoamento maior na formação, sob supervisão das Forças Armadas.

O primeiro passo ocorreu em 1969, com a edição do Decreto-Lei 667, fundamentado no AI-5, que criou e organizou a Polícia Militar nos Estados, dando a ela exclusividade para a realização do policiamento ostensivo fardado e criando a Inspetoria Geral da PM. Para a continuação do sistema, os secretários de Segurança sempre eram escolhidos entre os militares das Forças Armadas.

**FBSP:** *Mas como ocorreu esta “incorporação” da Força Pública e da Guarda Civil durante o regime militar?*

**Roberto:** A Guarda Civil e a Força Pública tinham perfis completamente diferentes, a partir de sua filosofia de trabalho, pois a Guarda Civil foi criada nos moldes da polícia londrina, enquanto a Força Pública baseou-se na sistemática militar francesa. A primeira se destacava nas atividades de policiamento civil, monitoramento de trânsito, com missões mais a pé do que motorizada e designada para as áreas mais centrais, com maior densidade de pedestres, participando de eventos em solenidades internas, cinemas, teatros, etc., com contato mais permanente com a população. Já a Força Pública trabalhava quase na sua totalidade em viaturas, com policiamento nas áreas mais distantes do centro e policiais fortemente armados, prontos e preparados, caso fosse necessário, para o confronto, possuindo treinamento como tropa de choque. A solução encontrada pelos detentores do poder para aumentar o vínculo da polícia às Forças Armadas foi: criação de uma Polícia Militar controlada pelo Estado Maior do Exército; distanciamento das praças das Polícias Militares da influência das autoridades policiais civis, por não pertencerem estes à hierarquia militar; passagem da Rádio Patrulha, diuturnamente na rua, para a Polícia Militar; fortalecimento dos serviços de inteligência e informação para todos os segmentos da

“A Guarda Civil e a Força Pública tinham perfis completamente diferentes, a partir de sua filosofia de trabalho, pois a Guarda Civil foi criada nos moldes da polícia londrina, enquanto a Força Pública baseou-se na sistemática militar francesa.”

nova polícia (os denominados P2); incorporação do efetivo da Guarda Civil – corporação sem os rígidos padrões hierárquicos desejados – na nova Polícia Militar; e implantação de sofisticados cursos de formação e especialização, em especial para os oficiais da milícia, sob a supervisão do Exército Nacional. Para sua viabilização, o presidente Garrastazu Médici assinou o Decreto-Lei 1.072, de 30/12/1969, que, sem falar em extinção, mandava aproveitar, no quadro da Polícia Militar, os guardas que tivessem nível equivalente a oficial. Com essa autorização federal, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, editou, três meses depois, um Decreto-Lei dando três postos de coronel e nove de tenente-coronel da PM aos guardas, criando um quadro em extinção para os guardas optantes que não aceitassem a incorporação, escolha esta que deveria ser feita no prazo máximo de dez dias, a contar daquela publicação. Não precisa dizer que mais de 90% dos guardas optaram pela Polícia Militar. Os que optaram pelas três vagas de coronel nunca exerceram nenhuma chefia de tropa na PM, assim como os nove tenentes-coronéis...

**FBSP:** *E houve atritos gerados com esta cisão?*

**Roberto:** Os atritos, após estas medidas todas, começaram a eclodir com frequência maior entre policiais civis e militares. No início foi difícil mudar o comportamento funcional. Os integrantes da nova corporação sequer faziam continência às autoridades policiais civis, que é a forma de cumprimento do militar. O oficial dizia: “se eu encontrar um soldado batendo continência para paisano, eu puno, entra no mau comportamento”. Ocorreram alguns confrontos na rua, que somente eram superados com a presença física dos altos escalões superiores, mas não se podia esconder que havia uma insatisfação crescente em ambas as corporações. Os serviços de inteligência destes órgãos, tomando conhecimento de irregularidades administrativas, a pretexto de repassar informações importantes para subsidiar o trabalho policial, noticiavam nos seus documentos “reservados” as falhas funcionais da outra polícia, aumentando a tensão, parte a parte. Entre esses fatos, em um deles tive uma participação testemunhal. Maio de 1971, aliás, 40 anos são passados! Eu exercia as funções de delegado titular de Franca e designava os colegas da sede e das cidades vizinhas para formar o plantão permanente na cidade. Pláucio Ângelo Prezotto era um deles – jovem, com 35 anos, exercia suas atividades como delegado em Patrocínio Paulista, distante 25

Os integrantes da nova corporação sequer faziam continência às autoridades policiais civis, que é a forma de cumprimento do militar.

O autor do crime passou por dois julgamentos e, nos dois, foi condenado. O episódio aumentou ainda mais o fosso que separava as duas polícias.

km. Naquela noite de maio, ele estava de plantão em Franca, das 20h até as 8h do dia seguinte. Por volta da meia noite, ele foi à praça principal da cidade tomar um café, cientificando-se de uma ocorrência no interior do estabelecimento, que estava sendo atendida por uma guarnição da PM. Tratava-se de uma discussão entre um oficial médico da Marinha e o garçom, sobre o pagamento da conta. Identificando-se ao patrulheiro, o delegado instou o médico a acertar a conta que, depois de paga, resultou na dispensa das partes. Não satisfeito com a solução, o miliciano retrucou: “não tenho que lhe dar satisfação da ocorrência, somente ao meu superior”, iniciando uma discussão com o delegado, que culminou com um tiroteio na porta do café, iniciada pelo patrulheiro, que o alvejou com seis tiros. Sendo acionado, em face da ocorrência, ao chegar ao hospital, constatei o falecimento do Pláucio e, de imediato, acompanhado de um investigador, dei voz de prisão ao autor dos disparos, que se homiziara no quartel, vizinho aos fatos. O mesmo estava aparentemente drogado, o que foi constatado posteriormente.

Às 7 horas da manhã, diante da repercussão dos fatos, chegaram, num avião particular, em Franca, o secretário da Segurança, o comandante da PM e o delegado geral. Eu havia interrompido o flagrante, pois o comando local recusava-se a entregar a arma usada, apesar de instado, e só prossegui, horas depois, após a entrega da arma por determinação expressa do então secretário da Segurança Pública.

O sepultamento do Pláucio constituiu motivo de grande comoção e afluxo de dezenas de delegados, vindos de todo o Estado. Segundo a imprensa da cidade, foi o maior enterro ali realizado, até porque a vítima era muito estimada e pertencia a uma família que gozava de grande estima. As entidades de classe e a imprensa, na época, deram muito destaque ao evento e, três meses depois, o governador Laudo Natel promovia, *post mortem*, o delegado de polícia assassinado. O autor do crime passou por dois julgamentos e, nos dois, foi condenado. O episódio aumentou ainda mais o fosso que separava as duas polícias.

**FBSP:** *Mas parte dos delegados apoiava a estrutura criada durante a ditadura. Como isso ocorreu?*

**Roberto:** Realmente, houve uma parcela de policiais que apoiaram o novo regime implantado, bem como outra parcela que exercia seu trabalho normalmente, sem preocupações com apoiar ou rejei-

tar o regime, e, ainda, uma terceira que não aceitava o novo estado de coisas, mas não se manifestava, com receio de alguma eventual transferência funcional, ou alguma “perseguição”, por possuir ideias diferentes, uma vez que houvera uma revolução, acompanhada de grandes alterações no sistema político e um rompimento das regras vigentes. Acredito, até, que a maioria pertencia aos chamados indiferentes politicamente. Na verdade, os policiais e mesmo os funcionários públicos, em geral, acostumam-se, no decorrer da carreira, a trabalhar com administrações e ideias diferentes. Também aqueles que possuíam uma filosofia ligada à liberdade do pensamento, com uma visão mais democrática, não recebiam funções nem missões de maior responsabilidade e, aos poucos, foram sendo marginalizados. A administração, com a nova realidade educacional instalada, estimulou os ocupantes de carreiras policiais a ascenderem aos cargos de chefia, inclusive ao de delegados de polícia. A nova realidade, a que me refiro, foi a expansão das atividades educacionais no Brasil. A constatação de que um dos focos de contestação ao regime estava nas universidades acarretou uma estratégia setorizada. O diagnóstico da situação encontrada, a partir de 1964, era, primeiro, a existência de poucas universidades, a maioria na esfera pública, com regras bem mais rígidas na seleção para o magistério e pesquisa, e, segundo, a elitização intelectual no magistério, que significava maior empecilho para o acesso às carreiras do professorado superior, impossibilitando que os profissionais menos qualificados pudessem ascender ao sistema. Os intelectualmente privilegiados geralmente eram considerados “perigosos para o sistema”.

**FBSP:** *Mas, para entrarem na faculdade, todos estes “candidatos a delegado” tinham que ter ensino médio, não?*

**Roberto:** A solução que se impunha estava no Ministério da Educação – facilitação do acesso às faculdades, por intermédio de uma política de 1º e 2º graus, com facilidades como “madurezas, supletivos, diplomas de 2º grau em seis meses, etc.”, bem como incentivo à criação de maior número de faculdades e universidades, de preferência na área privada, estimulando empresários, parceiros na implantação do regime, o que visava, numa primeira fase, desenvolver o projeto de ampliar a quantidade, não com a mesma qualidade, para, numa segunda fase, implementar a nova filosofia preconizada pela Revolução.

“A administração, com a nova realidade educacional instalada, estimulou os ocupantes de carreiras policiais a ascenderem aos cargos de chefia, inclusive ao de delegados de polícia.”

Entrevista

**Polícia e política: as marcas da história de São Paulo**  
*Delegado Roberto Genofre, entrevistado por Ana Maura Tomesani e Juliana Vinuto.*

Assim, possibilitou-se o ingresso às faculdades de uma geração não bem preparada intelectualmente, mas bastante volumosa, aumentando o número de titulados. Havia faculdades que criaram cursos que ministravam aulas às 6ª feiras à noite e aos sábados o dia inteiro, para facilitar a vida dos estudantes. Com isso, muitos cargos públicos que exigiam como pré-requisito o diploma foram preenchidos, nem sempre de forma adequada e desejada.

Acredito que essas colocações finais respondem à sua última pergunta, esclarecendo que isso não aconteceu somente na área da segurança pública, mas em inúmeras outras atividades e profissões.

**FBSP:** *E como foi o período de redemocratização?*

**Roberto:** Após o período denominado “anos de chumbo”, em São Paulo tivemos um governo de transição com Franco Montoro, mas o começo foi difícil, pois, nos dois primeiros anos de sua administração, ainda havia um presidente designado pelo sistema vigente, general Figueiredo, e várias concessões tiveram que ser feitas, em especial na área da segurança. Um grupo de policiais, do qual eu fazia parte (Grupo da Sorbonne), havia preparado um plano para o governo estadual, incluindo a segurança pública, mas acredito que “razões de Estado” obrigaram o governo estadual a fazer uma série de concessões nessa área, até porque a Polícia Militar ficou ainda por algum tempo ligada por um cordão umbilical ao Exército. Superados os problemas de acomodação, irrompeu uma cobrança da população, com o aumento dos índices da criminalidade que as estatísticas demonstraram com muita clareza. Os sucessores de Montoro precisavam dar uma resposta à comunidade e é aí que proliferaram as inaugurações de unidades policiais, construções de novas delegacias e quartéis, distribuições de viaturas por todo o Estado, como uma forma de mostrar o trabalho policial. Investiu-se em recursos materiais, com alardes publicitários, buscando atacar os efeitos dos crimes, cada vez mais assustadores, sem investimentos nas causas da criminalidade, representadas principalmente por uma estrutura social cada vez mais desorganizada. As inaugurações representavam uma festa nas cidades, nas quais não faltavam nem música, nem violeiros. O mesmo ocorria com a criação de distritos, principalmente na capital, onde a cobrança era maior, pois os bairros cresciam por todas as direções e a área geográfica expandiu-se muito. Nessa época, eu estava lotado no Deplan (Departamento

Os sucessores de Montoro precisavam dar uma resposta à comunidade e é aí que proliferaram as inaugurações de unidades policiais, construções de novas delegacias e quartéis, distribuições de viaturas por todo o Estado, como uma forma de mostrar o trabalho policial.

“Tendo em vista a diversificação de critérios, com a rotatividade de dirigentes na área de segurança e a seleção de critérios diferentes, dependendo de cada caso, fica difícil dizer que o critério era político ou técnico.”

de Planejamento), sendo um dos responsáveis pela elaboração das minutas de decretos que criavam distritos policiais. Vinha a determinação de criar um distrito novo, por ordem superior. Eu entrava em contato com o titular do distrito de onde seria desmembrada a unidade, sabendo apenas a localização da nova sede distrital e o resto, como, por exemplo, a descrição das divisas, ficava por nossa conta. A gente se dirigia ao local com o mapa na mão para ver as opções, pois os logradouros tinham detalhes que não constavam do mapa e nem sempre mostravam a realidade.

Algumas ruas só existiam no papel e encontramos até casa construída onde deveria haver uma rua. Às vezes, sabíamos das razões, até porque havia a necessidade de uma justificativa ou exposição de motivos para juntar à proposta, outras vezes não, e se criava uma justificativa genérica.

Só sei que as inaugurações eram muito concorridas, com a presença da população do bairro, que acreditava ser a instalação das unidades fator preponderante para a criminalidade diminuir.

**FBSP:** *Mas qual era o critério para a implementação de delegacias?*

**Roberto:** Acredito que não havia um critério definido, porque, no meu entender, para se eleger um, havia necessidade de se optar por um objetivo para sua criação e se eram múltiplas as hipóteses, qual a predominante? O distrito tinha uma dimensão territorial extensa? Vamos desmembrar a unidade em dois? Ou teria a ver com os locais de índice de criminalidade? Mas, se a Polícia Civil tem atividades de polícia judiciária, e não de polícia ostensiva, qual será o critério predominante? A análise populacional? A extensão territorial? O acesso da população ao local, privilegiando a locomoção do público? A análise do transporte que serve o acesso ao futuro distrito? Será um local centralizado para atender toda a demanda da comunidade, inclusive a residente na área periférica que para lá se dirija? Há imóveis com este perfil nesta área?

Tendo em vista a diversificação de critérios, com a rotatividade de dirigentes na área de segurança e a seleção de critérios diferentes, dependendo de cada caso, fica difícil dizer que o critério era político ou técnico. A pressão das comunidades por “mais segurança” pesava nas decisões administrativas, passando por vários dirigentes que se manifestavam nos processos geradores da decisão final, inclusive a área econômica, daí porque ficava difícil atribuir a qualquer um

“Eu era, pela segunda vez, diretor da Academia de Polícia Civil de São Paulo e havia um clima propício para um entendimento entre as polícias. Isso aconteceu em 2002.”

deles o peso maior na decisão final. Mas, após a decisão tomada, o aproveitamento político era inevitável. Como o dimensionamento em relação ao número de unidades nem sempre foi muito correto, há cidades do interior do Estado que possuem quantidade de distritos acima do necessário, e fica muito difícil fechar uma unidade policial. Recordo-me que, após a criação de um grupo de distritos na capital, não me lembro bem se os de números 47, 48 e 49, houve uma ordem para fazer a adequação territorial entre os distritos e seccionais da Polícia Civil com as companhias e batalhões da Polícia Militar. Esses estudos de compatibilização de área duraram quase um ano, devido à localização dos imóveis já existentes, mas o decreto, bastante extenso, finalmente foi publicado, dentro da estratégia governamental de união de trabalho entre a Polícia Civil e a Militar.

**FBSP:** *Durante o governo Covas houve uma tentativa de aproximação da Polícia Militar com a Polícia Civil. Você pode falar um pouco mais a este respeito?*

**Roberto:** Eu era, pela segunda vez, diretor da Academia de Polícia Civil de São Paulo e havia um clima propício para um entendimento entre as polícias. Isso aconteceu em 2002. O secretário Petrelluzzi sondou a viabilidade de realização do curso superior de polícia conjunto com delegados de polícia da penúltima classe e oficiais superiores da PM. Conversamos com o coronel Rui, então comandante da PM, e acertamos com o delegado geral. Ficou faltando conversar com os delegados. Explicamos o que o governo pretendia e que a celeridade do início do curso dependia da concordância em fazê-lo conjunto. Eles aceitaram, queriam chegar ao topo da carreira e o curso era indispensável. O ato que normatizou o curso foi uma resolução do secretário. Conseguimos juntar tenentes-coronéis e delegados de 1ª classe. No começo foi difícil, sendo uma parte realizada na PM e outra na Academia. Com o tempo eles foram conversando e se conhecendo, todos eles, futuros dirigentes da polícia de São Paulo. A harmonia durou seis anos. Em 2008, ocorreram as primeiras inconsistências. Sei que está havendo dificuldade para reiniciar o curso conjunto, mas o *Diário Oficial*, neste ano de 2010, publicou Resolução do atual secretário da Segurança reinstituindo o curso superior de polícia. Há previsão de início para o mês de junho. Espero que dê certo mais essa tentativa de agregar os policiais de São Paulo...

